





EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 2º VARA **COMPETÊNCIA** DE **EMPRESARIAL REGIONAL** Ε DE **CONFLITOS** RELACIONADOS À ARBITRAGEM DO FORO ESPECIALIZADO DA 1º, 7º e 9º RAJ DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO,

Recuperação Judicial Processo nº 1000118-86.2022.8.26.0260

LASPRO CONSULTORES LTDA., nomeada Administradora Judicial nos autos da Recuperação Judicial em epígrafe, requerida por DINI TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 22, II, alíneas "a" e "c" da Lei nº 11.101/2005 apresentar Relatório das Atividades da Recuperanda, referente ao mês de **outubro de 2023**, em conformidade com o comunicado CG nº786/2020 - TJ/SP.

72-1118 CT | JV / MM | RJ2 | RC







Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO4
Anexo I - Eventos Relevantes e Visão Geral da Recuperanda
Anexo II – Informações Financeiras e Operacionais
II.1.1. Principais Movimentações do Balanço Patrimonial e Indicação das Principais Contas Patrimoniais no Ativo e Passivo (Análise Vertical e Horizontal)
II.1.1.1 Evolução do Ativo Total
II.1.1.2. Evolução do Passivo Total (Endividamento Total)
II.1.1.3. Patrimônio Líquido
II.1.2. Análise da DRE – Demonstração de Resultado
II.1.3. Demonstração do Fluxo de Caixa
II.1.4. Análise por meio de Índices, Indicadores e Instrumentos Financeiros 11
II.1.5. Evolução Mensal de Colaboradores
Anexo III - Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial 12
III.1. Da Forma de Pagamento Homologada
Anexo IV - Relatório de Diligências Realizadas7
Anexo V - Pedidos de Esclarecimento ou Documentos Complementares 18
Anexo VI – Cronograma Processual
Anexo VII - Da conformidade com a Recomendação nº 72, de 19/08/2020 20
Glossário21

Fone: +55 11 3211-3010 / Fax: +55 11 3255-3727 R. Major Quedinho, 111 - 18° andar • Centro







SUMÁRIO EXECUTIVO

A Recuperanda ajuizou o pedido de Recuperação Judicial em 13 de fevereiro de 2022 e apresentou o seu Plano de Recuperação Judicial em 18 de abril de 2022.

Em 12 de agosto de 2022, a devedora acostou o "Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado", seguido, posteriormente, da última versão do seu Modificativo, qual seja, 5º Modificativo (fls. 4.506/4.565).

O mencionado 5º Modificativo ao PRJ foi homologado em 03 de maio de 2023, com ressalvas, oportunidade em que a Recuperanda realizou os ajustes determinados pelo D. Juízo Recuperacional.

A Recuperanda reconheceu, no período de janeiro a outubro de 2023, Receita Líquida de R\$ 37,8 milhões, porém, não foi suficiente para cobrir todos os dispêndios da operação, obtendo, assim, Resultado Operacional negativo de R\$ 3,3 milhões, refletido no Patrimônio Líquido de R\$ 42,9 milhões.

No entanto, observa-se que ao desconsiderar os efeitos das "depreciações e amortizações", uma vez que não causa a saída imediata de recursos, além do "resultado financeiro", a empresa apresentada margem positiva, advinda da sua atividade principal para suprir com todos os gastos operacionais do mesmo período (*EBITDA*).

Outrossim, são necessários esclarecimentos quanto às pendências relacionadas no *Anexo V Pedidos de Esclarecimento ou Documentos Complementares*, deste relatório.

72-1118 CT | JV / MM | RJ2 | RC

Fone: +55 11 3211-3010 / Fax: +55 11 3255-3727







Cabe observar que a Recuperanda é a responsável pelo fornecimento das informações acerca de suas atividades, inclusive, sob as penas previstas no artigo 171, da Lei 11.101/05.

A Administradora Judicial informa que toda a documentação verificada para a elaboração do presente relatório encontra-se à disposição dos interessados, mediante agendamento prévio.

Sendo o que tinha para o momento, a subscritora se coloca à disposição de Vossa Excelência, dos nobres advogados da Recuperanda, credores, bem como do ilustre representante do Ministério Público para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 20 de dezembro de 2023.

Oreste Nestor de Souza Laspro OAB/\$P nº 98.628

72-1118 CT | JV / MM | RJ2 | RC

lasproconsultores.com.br







Anexo I - Eventos Relevantes e Visão Geral da Recuperanda

I.1. Eventos Relevantes

No presente período, não ocorreram alterações no quadro societário, bem como nas atividades, pela Recuperanda, desenvolvidas.

I.2. Visão Geral

A Dini Têxtil Indústria e Comércio LTDA., está situada na Rua Masato Sakai, 323 - Ferraz de Vasconcelos - São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob nº 65.538.209/0001-59. Atua, majoritariamente, no ramo de produção de fios e tecidos tecnológicos destinados, principalmente, ao mercado industrial – automotivo, aeroespacial, coletes de segurança, médico e móveis de escritório, produzindo fiação, tecelagem e confecção, em processo integrado.

Apresenta a seguinte estrutura societária:

Sócios	Participação		
Claudio Rogério Dini	R\$	12.000.000	



Anexo II - Informações Financeiras e Operacionais

A análise financeira foi realizada conforme as informações do mês de outubro de 2023, prestadas pela Recuperanda, de forma comparativa, ao período anterior.

II.1.1. Principais Movimentações do Balanço Patrimonial e Indicação das Principais Contas Patrimoniais no Ativo e Passivo (Análise Vertical e Horizontal)

Balanço Patrimonial R\$	set/23	out/23
Ativo	161.738.793	163.237.566
Ativo Circulante	44.446.827	46.515.277
Disponível	1.635.394	1.148.265
Valores a Receber	13.285.286	14.515.992
Impostos a Recuperar	4.049.643	4.995.098
Estoques	25.476.504	25.855.923
Ativo Não Circulante	117.291.966	116.722.289
Adiantamentos	607.377	607.377
lmobilizado	116.684.589	116.114.912
Passivo	161.738.793	163.237.566
Passivo Circulante	44.847.381	46.443.221
Fornecedores	38.883.424	39.199.123
Salários e encargos sociais	1.514.854	2.317.562
Impostos a Recolher	4.128.657	4.605.055
Outras Obrigações	320.447	321.482
Passivo Não Circulante	73.939.257	73.939.257
Empréstimos e Financiamentos	64.065.560	64.065.560
Impostos Diferidos	9.873.697	9.873.697
Patrimônio Líquido	42.952.155	42.855.088
Capital Social Realizado	12.000.000	12.000.000
Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.133.187	-48.230.254
Ajuste de Avaliação Patrimonial	79.085.342	79.085.342

II.1.1.1. Evolução do Ativo Total

No mês de outubro de 2023, os **Ativos** totalizaram R\$ 163,2 milhões, superior ao mês anterior em R\$ 1,5 milhões, em razão da variação da rubrica **Valores a Receber** (R\$ 14,5 milhões).



O **Imobilizado** é a conta mais expressiva dos <u>ativos</u> em 71%; após a **depreciação** pelo uso dos bens, apresentou <u>saldo líquido</u> de R\$ 116,1 milhões. Destaca-se aumento de R\$ 49 mil em <u>Máquinas</u> e R\$ 8,4 mil em <u>Equipamentos</u>.

Representando 16% (R\$ 25,9 milhões) dos ativos, os **Estoques** acresceram 1,5% em outubro de 2023, em decorrência das movimentações dos <u>Estoques de Produtos</u>.

Outros R\$ 6,8 milhões (4% dos <u>ativos</u>) são relativos ao **Disponível**, **Impostos a Recuperar** e **Adiantamentos**.

II.1.1.2. Evolução do Passivo Total (Endividamento Total)

Em constante crescimento nos últimos meses, o **Endividamento**, no mês outubro de 2023, somou obrigações de R\$ 120,4 milhões, com aumento de R\$ 1,6 milhões, comparado ao mês anterior, ocasionado, principalmente, pela movimentação do grupo **Salários e Encargos Sociais** e **Impostos a Recolher**.



Com base nos saldos escriturados, é possível identificar a monta de R\$ 80,5 milhões, relacionada à dívida sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial. No entanto, os referidos saldos remanescem de conciliação, já que a Recuperanda consigna o valor dos créditos sujeitos, de aproximadamente, R\$ 71.144.945. Desse modo, é necessária a conciliação dos saldos concursais dos demonstrativos contábeis apresentados pela Recuperanda.



Ademais, representando 19% (R\$ 22,8 milhões) do <u>endividamento</u>, as obrigações com os **Fornecedores** comportam as alíneas de <u>Fornecedores Nacionais</u>, <u>Estrangeiros</u> e <u>Diversos</u>.

II.1.1.3. Patrimônio Líquido

Apresentou **Patrimônio Líquido** de R\$ 42,9 milhões. No entanto, apresenta saldo <u>negativo</u> de prejuízos acumulados em exercícios anteriores de R\$ 48,2 milhões e Ajuste de Avaliação Patrimonial de R\$ 79,1 milhões.

II.1.2. Análise da DRE – Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado do Exercício R\$		set/23		out/23		Acumulado
Receita Operacional Bruta		5.705.105		6.796.708		48.287.697
(-) Deducoes da Receita Operacional	-	1.088.529	-	1.545.070	-	10.461.191
= Receita Líquida		4.616.576		5.251.638		37.826.506
(-) Custo dos Produtos Vendidos		-1.823.547		-2.063.967		-12.973.831
= Resultado Bruto		2.793.028		3.187.671		24.852.675
=Despesas Operacionais	-	2.674.364	-	3.016.260	-	26.125.014
(-) Despesas Administrativas	-	1.349.976	-	1.461.249	-	12.935.389
(-) Despesas Tributarias	-	15.612	-	56.152	-	405.555
(-) Depreciacao e Amortizacao	-	627.097	-	627.097	-	6.271.035
(+/-) Outros Resultados Operacionais	-	681.680	-	871.762	-	6.513.035
= Resultado Operacional Líquido		118.664		171.411	-	1.272.339
= Resultado Financeiro	-	250.877	-	261.589	-	2.047.277
(+) Receitas Financeiras		13.624		10.474		51.357
(-) Despesas Financeiras	-	264.501	-	272.063	-	2.098.634
(+/-) Receitas/Despesas Não Operacionais		-	-	6.888	-	23.263
= Resultado antes do IRPJ e CSLL	-	132.213	-	97.066	-	3.342.879
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	-	132.213	-	97.066	-	3.342.879

A Recuperanda, no período de janeiro a outubro de 2023, reconheceu **Receita Líquida** de R\$ 37,8 milhões.

No mês de outubro de 2023, escriturou Receita Líquida de R\$ 5,3 milhões.

Os Custos somaram o acumulado de R\$ 13 milhões, até outubro de 2023.

As **Despesas Operacionais**, de janeiro a outubro de 2023, totalizaram R\$ 26,1 milhões, sendo as **Despesas Administrativas** as mais representativas em 34,2% (R\$ 12,9 milhões), referentes aos <u>Salários e Ordenados</u>; <u>Serviços de Terceiros</u>; <u>Despesas C/Veículos</u>; dentre outros.

O **Resultado Financeiro** totalizou, de forma acumulada, <u>despesas</u> de R\$ 2 milhões, relativas aos <u>Juros S/ Empréstimos</u>; <u>Despesas Bancárias</u>; <u>Juros Bancários</u>; dentre outros.

No período de janeiro a outubro de 2023, evidenciou **Resultado Operacional** <u>negativo</u> de R\$ 3,3 milhões.

 No mês de outubro de 2023, reconheceu Resultado Operacional em prejuízos de R\$ 97,1 mil.



No entanto, observa-se que, ao desconsiderar os efeitos das "depreciações e amortizações", uma vez que não causa a saída imediata de recursos, além do resultado financeiro, a empresa apresentada margem positiva, advinda da sua atividade principal para suprir com os gastos operacionais do mesmo período (*EBITDA*).

II.1.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Dini Têxtil Tecidos Tecnológicos Dini Téxtil Industria e Como CNP) nº 65 538. 209/00	
Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Indireto	
FLUXO DE CAIXA DAS ATTVIDADES OPERACIONAIS	out/23
Lucro (Prejuizo) Squido do exercício	(97.066,96)
Ajustes para reconciliação do resultado	
Depreciação e amortização	627.096,71
(Aumento) / diminuição dos ativos	\$30.029,75
Contas a receber de clientes	(1.477.743,03)
Estoques	(379.419,01)
Aquisição de Ativas	(57.419,34)
Impostos a recuperar Outros créditos	(945.454,35) 246.535,07
Aumento / (diminuição) dos passivos	
Fornecedores	318.722,69
Obrigações trabalhistas e sociais	163.207,85
Obrigações tributárias	1.111.999,11
Outras obrigações	4.914,01
Fluxo de caixa líquido decomente das atividades operacionais	[484.587,25]
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Juros sobre emgréstimos com terceiros	0,00
Captação (pagamentos) empréstimos com terceiros	0,00
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	0,00
Aumento liquido em caixa e equivalente de caixa	(484.5E7,25)
Caixa e equivalente de caixa no inicio do período	1.632.851,96
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.148.264,71
Aumento (Diminuição) liquida em caixa e equivalente de caixa	[484.587,25]

II.1.4. Análise por meio de Índices, Indicadores e Instrumentos Financeiros

Índices de Liquidez	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23
Liquidez Imediata	0,02	0,03	0,04	0,04	0,04	0,02
Liquidez Seca	0,34	0,36	0,38	0,39	0,42	0,44
Liquidez Corrente	0,96	0,97	0,98	0,98	0,99	1,00
Liquidez Geral	0,34	0,35	0,36	0,36	0,38	0,39
Índices de Estrutura de Capitais	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23
Endividamento	2,60	2,63	2,68	2,70	2,77	2,81
Composição do Endividamento	0,36	0,36	0,37	0,37	0,38	0,39
Imobilização dos Recursos Não Correntes	1,01	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99
Instrumentos Financeiro	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23
Capital Circulante Líquido	-1.558.890	-1.077.428	-1.002.753	-846.293	-400.554	72.056

II.1.5. Evolução Mensal de Colaboradores

Abaixo, segue a movimentação do quadro de colaboradores dos últimos seis meses. Vale destacar que o saldo final está considerando as movimentações de afastados.

	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23
Saldo Inicial	211	207	203	209	209	213
Admitidos	6	0	9	4	13	2
Demitidos	10	4	3	4	9	1
Saldo Final	207	203	209	209	213	214



Anexo III - Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial

III.1. Da Forma de Pagamento Homologada

A Recuperanda ajuizou o pedido de Recuperação Judicial em 13 de fevereiro de 2022 e apresentou o seu Plano de Recuperação Judicial em 18 de abril de 2022.

Em 12 de agosto de 2022, a devedora acostou o "Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado", seguido, posteriormente, da última versão do seu Modificativo, qual seja, 5º Modificativo (fls. 4.506/4.565).

O 5º Modificativo ao PRJ foi homologado em 03 de maio de 2.023, com ressalvas oportunidade em que a Recuperanda realizou os ajustes determinados pelo MM. Juízo Recuperacional, às fls. 6269/6327.

Abaixo, seguem as condições de pagamento, extraídas da última versão do 5º Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial protocolada nos autos.

Classe I – Trabalhista:

Os credores da Classe I Trabalhistas serão pagos no prazo máximo de até 12 (doze) meses, contados a partir da publicação termo de Homologação, ou do trânsito em julgado da sentença de habilitação/impugnação do respectivo crédito, com a incidência de correção monetária pela Taxa de Referência — TR a partir da Data publicação da Homologação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado.

Aos credores trabalhistas que possuírem valores habilitados na lista de credores em montante acima de 150 salários-mínimos, o excedente será pago em condições de pagamento equivalentes às aplicáveis aos créditos da Classe III, descritas no item 2.7 e 2.8. do Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Modificado.

Os créditos de natureza estritamente salarial que integram a Lista de Credores, até o limite de 05 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, vencidos nos 03 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, serão pagos em até 30 (trinta) dias após a Data da publicação da Homologação da Recuperação Judicial, sem a incidência de multas, mediante a quitação integral do contrato de trabalho e de todas as dívidas dele decorrente, ressalvadas eventuais diferenças em verbas e valores ainda sub judice.

Classe II - Garantia Real:

Os credores integrantes da Classe II - Garantia Real não sofrerão deságio e, cumulativamente:

 os pagamentos dos juros ocorrerão mensalmente após a publicação da homologação do PRJ (Plano de Recuperação Judicial);



- o saldo do Crédito Concursal do credor da Classe II Garantia Real será corrigido monetariamente de acordo com 100% (cem por cento) da taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao ano, incidentes desde a Data da impetração da Recuperação Judicial em 13.fev.22.
- o prazo para amortização do principal será de 10 (dez) anos a partir da data da homologação do plano, cujo pagamento se dará de forma mensal. Os pagamentos do principal serão iniciados após o período de carência de 12 (doze) meses, cuja contagem de prazos se dará, a partir da publicação da homologação do PRJ (Plano de Recuperação Judicial); o quadro 5 do 5º Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial demonstra a forma de pagamento dos créditos da classe II;

No 5º Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial, há previsão de alienação da garantia portada pelo credor da Classe II – cláusulas 2.6.1 e seguintes.

Classe III - Quirografária:

Aos credores integrantes da Classe III – Quirografário, propõe-se um deságio de 70% (setenta por cento) sobre o crédito relacionado na Recuperação Judicial, com carência de juros e principal de 12 (doze) meses, contados da Data da publicação da Homologação do Plano da Recuperação Judicial Modificado e Consolidado;

O pagamento ocorrerá em 36 (trinta e seis) parcelas semestrais, sendo a primeira delas com vencimento para o mês subsequente ao término do período de carência. Para primeiro e segundo ano de pagamento serão realizados pagamentos com parcelas fixas nos termos do item 2.9.

Para os demais anos, o saldo (Pro-rata) será aplicado pelo período restante, com incidência de correção da Taxa de Referência – TR, contada a partir do término do prazo de carência.

Classe IV – ME e EPP:

Aos credores integrantes da Classe IV – Micro ou Pequenas Empresa de Pequeno Porte propõe-se um deságio de 70% (setenta por cento) sobre o crédito relacionado na Recuperação Judicial, com carência de juros e principal de 12 (doze) meses, contados da Data publicação da Homologação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado.

O pagamento ocorrerá em 36 (trinta e seis) parcelas semestrais, sendo a primeira delas com vencimento para o mês subsequente ao término do período de carência. Para todos os pagamentos acima ajustados, haverá a correção da Taxa de Referência – TR, contada a partir do término do prazo de carência.

Credor Parceiro Fornecedor:

Critérios de qualificação: o fornecedor de produtos ou serviços que vender para a Recuperanda na condição de Parceiro Fornecedor, terá o pagamento do seu crédito



acelerado com um percentual do valor total do novo fornecimento de acordo com o quadro 06 do 5º Modificativo ao PRJ, desde que volte a conceder o mesmo prazo de pagamento que era concedido antes da Recuperação Judicial, além disso, o Fornecedor Parceiro receberá um deságio em seu crédito de 30% (trinta por cento) para a respectiva classe, de tal forma que ao final de 5 (cinco) anos o saldo que não tiver sido quitado, será liquidado em 12 parcelas mensais e consecutivas.

Haverá a aceleração do pagamento do crédito sujeito à Recuperação Judicial, mediante a apuração mensal do volume e prazo do fornecimento, de acordo com o Quadro 06 inserido no 5º Modificativo ao Plano de Recuperação Judicial e com pagamento no mês subsequente, após a publicação da decisão homologatória.

Credor Parceiro Financeiro:

O Credor Parceiro Financeiro deverá ter concedido e efetuado operações financeiras de crédito junto à Recuperanda no período entre a Data do Pedido e a data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado, além de financiamento de longo prazo, após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado;

O valor aportado como antecipação, deverá corresponder ao mínimo de 10% (dez por cento) do risco apresentado na lista de credores da Assembleia Geral de Credores – AGC;

<u>Prazo para recebimento do crédito transcrito na Lista de credores da AGC (Assembleia Geral de Credores)</u>: 60 (sessenta) meses com carência de principal nos primeiros 12 (doze) meses;

<u>Encargos</u>: o saldo do Crédito Concursal do Credor Parceiro Financeiro será corrigido monetariamente pela variação do CDI e acrescido de juros de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao mês, limitado ao percentual de 10% (dez por cento) a.a., incidentes desde a Data de Homologação até a data da guitação do respectivo Crédito;

<u>Pagamento de Encargos</u>: os encargos mensais devidos nos termos do item acima, serão pagos mensalmente, a contar da Data da publicação da Homologação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado;

<u>Prazo para início das operações</u> – 07 (sete) dias após a data de publicação da Homologação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado, desde que manifestem sua adesão diretamente nos autos da RJ;

Sobre os valores antecipados, serão aplicados um percentual de 4% (Quatro) por cento sobre o valor da operação, independentemente do prazo antecipado;

Credor Parceiro de Serviços Financeiros:

Qualificam-se como Credores Parceiros aquelas Instituições que disponibilizarem conta corrente para movimentação de recursos, contas para recebimento de valores de



clientes, bem como aqueles que disponibilizem linha de crédito para aquisição de equipamentos, tais como:

- cambio, Finimp, ACC, ACE, entre outros;
- oferecer serviços diversos, como folha de pagamento aos colaboradores;
- serviços de Mandato para M&A, apresentação de investidores para a compra de participação acionária, venda na modalidade Sale Lease Beak – SLB e/ou Equity, criando recursos de capital para a Recuperanda, os quais devem compor parte da sua estratégia para definição de qual o capital será utilizado para alavancar seu negócio.

Os Credores que cumprirem todos as exigências previstas nessa cláusula receberão o seu crédito, conforme os credores parceiros de serviços.

Credor Parceiro de Serviços para Cumprimento do PRJ:

Qualificam-se como Credores Parceiros PRJ aquelas Instituições que oferecerem serviços destinados à alienação do imóvel outorgado como garantia aos Credores da Classe II, conforme previsão da cláusula 2.6.1, por meio do fornecimento, sem custos à Recuperanda, de estrutura de oferta de ativos imobiliários e linhas de crédito a possíveis adquirentes.

<u>Principal</u>: Será pago em 108 (cento e oito) parcelas mensais, a serem pagas após o vencimento das 12 (doze) parcelas referentes aos encargos, conforme discriminado no quadro 07 do 5º Modificativo ao PRJ;

Os encargos mensais devidos nos termos do item acima, serão pagos mensalmente, a contar a partir de 30 (trinta) dias da Data de publicação da Homologação do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado aprovado em Assembleia Geral de Credores AGC.

<u>Credores Aderentes</u>: Os credores que não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial (Extraconcursais e Pós-concursais), inclusive aqueles que detêm alienação ou cessão fiduciária de valores mobiliários ou imobiliários em garantia ou Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC, poderão optar por serem pagos nas formas e condições previstas neste Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado, por contrato celebrado diretamente com a Recuperanda ou por meio da assinatura de termo de adesão ao Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado na Classe III – Quirografário, e serão mantidas as garantias originalmente contratadas.

- carência de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir de 15/02/2023;
- pagamento mensal de juros, durante o prazo de carência, com vencimento da primeira parcela em 15/02/2023.
- amortização (principal + encargos) em 156 (cento e cinquenta e seis) parcelas, mensais e consecutivas, com vencimento da primeira em 15/02/2025.



- taxa de juros de 0,70% ao ano + SELIC.
- capitalização mensal de juros.
- parcelas calculadas pelo Sistema De Amortização Constante.
- não haverá novação do crédito extraconcursal, vez que as suas condições serão imediatamente restabelecidas, em caso de descumprimento do Plano de Recuperação Judicial.
- não haverá novação do crédito concursal, com relação ao avalista do título.
- ao crédito extraconcursal e aos valores referentes à sucumbência (honorários advocatícios e reembolso de custas), não serão aplicáveis a mora sanável prevista no Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado.
- será considerando inadimplemento do Plano de Recuperação Judicial Modificado e Consolidado, para os efeitos destes créditos, a falta de pagamento das prestações.
- a adesão resultará na suspensão das execuções das dívidas em face do avalista e da Recuperanda.

Adicionalmente, o 5º Modificativo ao PRJ prevê a alienação de Unidade Produtiva Isolada ("UPI") – cláusula 5 e seguintes.

Por fim, os dados bancários para o recebimento dos créditos deverão ser encaminhados para os e-mails dinitextil@laspro.com.br e rj@dinitextil.com.br

III.2. Do Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Com base nos comprovantes de pagamentos enviados pela Recuperanda, foram pagos à Classe I Trabalhista a importância de R\$ 888.472,97 (oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos), aos 29 (vinte e nove) credores do total de 226 (duzentos e vinte e seis).

Esta Auxiliar solicitou, administrativamente e no anexo V do presente relatório, esclarecimentos à Recuperanda, os quais se atendidos, serão reportados no próximo RMA.



Anexo IV Página 17



Anexo IV - Relatório de Diligências Realizadas

Não ocorreram diligências no período deste relatório.



Anexo V - Pedidos de Esclarecimento ou Documentos Complementares

Esta Auxiliar solicita:

- o envio da segregação do Passivo concursal e extraconcursal nos demonstrativos contábeis;
- a justificativa da redução do número de funcionários entre os meses de novembro/2022 e dezembro/2022;
- a justificativa do aumento na rubrica de depreciação na demonstração de resultado do mês de agosto/2023;

Com base nos <u>comprovantes</u> <u>de pagamentos</u> enviados pela Recuperanda, relativos aos **credores trabalhistas** (**Classe I**), foi apurado o pagamento na importância de R\$ 888.472,97. No entanto, esta Auxiliar solicita, na oportunidade, os seguintes itens:

- **Justificar** a ausência do envio de documento comprobatório, relativo ao pagamento dos credores remanescentes (aos quais não foi pago algum valor);
- **Comentar** sobre o pagamento superior aos créditos constantes no Quadro Geral de Credores, portados por Fernando Sergio Ferreira Lima e Sergio dos Santos;
- **Encaminhar** os comprovantes de pagamento relativos aos credores: Marcelo Almeida dos Santos outubro/2022; Osmar Leodoro outubro e novembro/2022 e janeiro/2023; Renato Uilians de Carvalho janeiro/2023; Samuel Gabriel da Silva novembro/2022; Wilson Francelino de Souza março/2023;
- Não identificamos para qual credor refere-se o pagamento de R\$ 3.005,56 em 23/01/2023 Silvia Fonseca Costa;
- Encaminhar relação dos credores: Parceiro fornecedor / Parceiro Financeiro / Parceiro de Serviços Financeiros / Credor Parceiro de Serviços para Cumprimento do PRJ;

Esta Auxiliar informa que todos os itens acima relacionados, foram solicitados de forma administrativa, por meio de email de 19/12/2023.



Anexo VI - Cronograma Processual

CRONOGRAMA PROCESSUAL

Comunicado nº 786/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça de São Paulo

EVENTO OCORRIDO
DATA ESTIMADA
EVENTO NÃO OCORRIDO

DATA	EVENTO	LEI № 11.101/05
13/02/2022	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial	-
18/02/2022	Deferimento do processamento da Recuperação Judicial	Art. 52, incisos I, II, III, IV e V e § 1º
22/02/2022	Publicação da decisão de deferimento no DJE	-
15/03/2022	Publicação do 1º edital pelo devedor	Art. 52, § 1º
30/03/2022	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias corridos da publicação do 1º edital no DJE)	Art. 7º, § 1º
23/04/2022	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial (60 dias corridos após publicação da decisão de deferimento da Recuperação Judicial no DJE)	Art. 53
18/05/2022	Publicação do aviso do recebimento do PRJ no DJE	Art. 53, § único
26/05/2022	Publicação do 2º edital do AJ no DJE	Art. 7º, § 2º
05/06/2022	Fim do prazo para apresentar impugnações de crédito (10 dias corridos após a publicação do 2º edital no DJE)	Art. 8º, caput
17/06/2022	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias corridos após a publicação do 2º edital no DJE ou 30 dias corridos após a publicação de aviso de recebimento do PRJ no DJE)	Arts. 53 e 55 caput,§único
22/07/2022	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias corridos após a publicação da decisão deferimento da Recuperação Judicial no DJE)	Art. 56, §1º
21/08/2022	Fim do prazo de suspensão do curso de prescrição de ações e execuções (stay period)	Art. 6º, §4º
21/06/2022	Publicação do edital de convocação para votação do PRJ - AGC (mínimo, 15 dias corridos de antecedência da realização da AGC)	Art. 36, caput
13/07/2022	1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	Art. 36, inciso I
21/07/2022	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores - Votação do PRJ e eventuais alterações	Art. 36, inciso I
03/10/2022	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores - Votação do PRJ e eventuais alterações - em continuação	Art. 36, inciso I
21/11/2022	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores - Votação do PRJ e eventuais alterações - em continuação	Art. 36, inciso I
31/01/2023	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores - Votação do PRJ e eventuais alterações - em continuação	Art. 36, inciso I
03/05/2023	Decisão de concessão da Recuperação Judicial	Art. 58
08/05/2023	Publicação da decisão de concessão da Recuperação Judicial no DJE	-
03/05/2024	Fim do prazo de Recuperação Judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão de Recuperação Judicial)	Art. 61



Anexo VII - Da conformidade com a Recomendação nº 72, de 19/08/2020

ANEXO II DA RECOMENDAÇÃO № 72, DE 19 DE AGOSTO DE 2020	COMENTÁRIOS AJ
Há litisconsórcio ativo?	
1.1. Em caso positivo, identifique a qual devedor se refere o presente relatório.	Não
2. Este relatório é:	DMA 10/2022
2.2. Mensal	RMA 10/2023
2.2.1. Houve alteração da atividade empresarial?	Não
2.2.2. Houve alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração?	Não
2.2.3. Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos?	Não
2.2.4. Quadro de funcionários	
2.2.4.1.Número de funcionários/colaboradores total	Anexo II
2.2.4.1.1. Número de funcionários CLT	7 tiloxo ii
2.2.4.1.2. Número de pessoas jurídicas	
2.2.5. Análise dos dados contábeis e informações financeiras	Anexo II
2.2.5.1. Ativo (descrição / evolução)	Anexo II
2.2.5.2. Passivo	
2.2.5.2.1. Extraconcursal	
2.2.5.2.1.1. Fiscal	
2.2.5.2.1.1.1. Contingência	
2.2.5.2.1.1.2. Inscrito na dívida ativa	
2.2.5.2.1.2. Cessão fiduciária de títulos/direitos creditórios	
2.2.5.2.1.3. Alienação fiduciária	
2.2.5.2.1.4. Arrendamentos mercantis	
2.2.5.2.1.5. Adiantamento de contrato de câmbio (ACC	
2.2.5.2.1.6. Obrigação de fazer	
2.2.5.2.1.7. Obrigação de entregar	Anexo II
2.2.5.2.1.8. Obrigação de dar	, moxe ii
2.2.5.2.1.9. Obrigações ilíquidas	
2.2.5.2.1.10. N/A	
2.2.5.2.1.10.1. Justificativa	
2.2.5.2.1.10.2. Observações	
2.2.5.2.1.11. Pós ajuizamento da RJ	
2.2.5.2.1.11.1. Tributário	
2.2.5.2.1.11.2. Trabalhista	
2.2.5.2.1.11.3. Outros	
2.2.5.2.1.11.3.1. Observações	
2.2.5.2.1.11.4. Observações / Gráficos	
2.2.6. Demonstração de resultados (evolução)	
2.2.6.1. Observações (análise faturamento / índices de liquidez / receita x custo / receita x resultado)	Anexo II
2.2.7. Diligência nos estabelecimentos da recuperanda	Anexo IV
2.2.8. Planilha de controle de pagamentos dos credores concursais (nome do credor / valor no edital / parcela / valor pago / saldo residual atualizado)	
2.2.8.1.N/A	
2.2.8.2. Anexar documentos	
2.2.9. Observações	
2.2.10. Anexos	
2.2.11. Eventos do mês	



Glossário

A DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, se baseia no regime de <u>competência</u>, mostrando o lucro ou prejuízo da empresa em determinado período.

A **DFC** – Demonstração do Fluxo de Caixa, tem como base o **regime de <u>caixa</u>**, **demonstrando as entradas e saídas de dinheiro da empresa**.

Análise por meio de Índices, Indicadores e Instrumentos Financeiros: o objetivo dessa análise evidenciar a situação financeira e patrimonial da empresa, por meio de medidas quantitativas com base em seus saldos e resultados contábeis.

Análise Vertical: é uma maneira de avaliar as demonstrações financeiras de empresas ao olhar o balanço da companhia e visualizar a dimensão de um dado financeiro em relação ao total. Assim, ela permite descobrir a relevância de uma parte dentro do todo.

Análise Horizontal: é uma maneira de avaliar as demonstrações financeiras de uma empresa comparando os resultados mais recentes com aqueles registrados em trimestres ou anos anteriores. Assim, a análise horizontal permite acompanhar a evolução dos dados divulgados nos balanços da companhia.

Indicadores de Liquidez: indicam a capacidade de uma empresa para honrar com todos os seus compromissos financeiros, tendo como **cenário ideal** índice igual ou superior a 1 (um).

- <u>Índice de liquidez Imediata</u>: demonstra a parcela de dívidas de curto prazo (passivo circulante) que poderiam ser pagas imediatamente por meio dos valores relativos à caixa e equivalentes de caixa (disponível). Ou seja, representa quanto a empresa possui de disponível para cada real de dívidas vencíveis no curto prazo.
- <u>Índice de Liquidez Corrente</u>: mede a capacidade de quitação das obrigações com vencimento em curto prazo (registradas no passivo circulante), utilizando-se dos disponíveis e realizáveis em mesmo período (registrados no ativo circulante).
- <u>Índice de Liquidez Seca</u>: segue a mesma premissa do <u>indicador de liquidez corrente</u>, entretanto, excluindo os saldos em <u>estoques</u>.
- <u>Índice de Liquidez Geral</u>: sem levar em conta as estimativas de vencimento e recebimento, este indicador demonstra a liquidez do total de dívidas constituídas ao utilizar todos os direitos (neste cálculo, <u>não se considera os bens imobilizados para liquidação</u>).

Indicadores de Estrutura Patrimonial: estabelecem relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros. Visam evidenciar a dependência da entidade em relação aos recursos de terceiros.



- <u>Índice de Endividamento</u>: mostra quanto a sociedade tem de dívidas com terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) para cada real de recursos próprios (Patrimônio Líquido). Indica a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros e, nesse ponto, o risco a que está sujeita.
- <u>Composição do Endividamento</u>: Para analisar a solvência de uma entidade, é importante conhecer os prazos de vencimentos de suas dívidas. Nesse sentido, o índice de composição do endividamento revela quanto da dívida total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) com terceiros é exigível no curto prazo (Passivo Circulante).
- Imobilização de Recursos Não Correntes: O índice de imobilização do Patrimônio Líquido apresenta a parcela do capital próprio que está investida em ativos de baixa liquidez (Ativos Imobilizados, investimentos ou Ativos Intangíveis), ou seja, Ativos Não Circulantes deduzidos dos ativos realizáveis a longo prazo.

Capital Circulante Líquido (CCL): também conhecido como "capital de giro", refere-se aos ativos de uma empresa que são utilizados para manter o seu desempenho. Assim, por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, se o cálculo for **positivo** pode-se identificar se a empresa **está conseguindo honrar com seus compromissos em um curto prazo**. Mas, se o resultado for **negativo indica que a empresa poderá passar por graves riscos com a sua liquidez**.

EBITDA: é a sigla composta pelas iniciais dos termos Earning Before Interest, Taxes, Depreciation/Depletion and Amortization. Em português, tem sido comumente traduzida por **lucro antes dos juros, impostos sobre os lucros, depreciações/exaustões e amortizações**, ou a sigla LAJIDA. Dessa maneira, o EBITDA procura refletir a geração de caixa efetivo de uma empresa, ou seja, a margem operacional advinda da sua atividade principal.

 A <u>margem operacional</u> indica, portanto, o percentual das vendas convertido em lucro. Ou seja, o percentual representado pelo lucro líquido operacional sobre as receitas líquidas (desconsiderando as despesas financeiras do resultado, bem como o efeito do IR provocado no resultado por tais despesas financeiras).